

## **REQUERIMENTO**

### ***O Solo - elemento de segurança alimentar***

A Agricultura é atribuído o papel principal no que se refere ao equilíbrio ambiental, à capacidade produtiva dos solos, aos recursos hídricos, à paisagem, à floresta, entre outros aspectos, o que predispõe modos de agriculturar que permitam a garantia da viabilidade destes elementos para um tempo futuro.

**Acima de tudo o solo assume-se como um elemento de segurança nas disponibilidades alimentares e, como tal, imprescindível na estratégia de produção de alimentos.**

Durante anos o solo, e na sua vertente agrícola, foi respeitado, pois as práticas agrícolas estavam adaptadas a uma racionalidade natural e à boa gestão.

Mas, também é verdade que o solo passou rapidamente a ser olhado como um meio unicamente económico desde o aparecimento dos químicos e da mecanização na Agricultura, o que implicou a intensificação da exploração das culturas, aliás, muito apoiada pela União Europeia.

O eventual restabelecimento do equilíbrio natural terá de surgir de um misto de acções, desde logo, integras e integradas, nas quais se incluem: a aplicação racional dos químicos, como pesticidas e adubos, a correcção de práticas e procedimentos agrícolas e a necessária protecção sobre áreas ricas em biodiversidade endémica. Estes tornam-se, e cada vez mais, os meios de evitar a improdutividade dos solos e a manutenção da preservação de espécies endémicas.

Os Agricultores são os primeiros a entenderem que uma boa gestão para o solo é sinónimo de rendimento, dado que também são os primeiros a entender os efeitos negativos desta má gestão.

Mas, os Agricultores não podem ficar entregues a si, muito mais sendo uma preocupação comum a toda a sociedade. Precisam de ajuda, ou melhor, acompanhamento, divulgação, informação e formação.

Para isso é preciso conhecer-se com maior exactidão o nosso solo, é preciso implementar-se a investigação científica e o saber técnico, é preciso estabelecer-se interligações consultivas desde o segmento produtivo até ao académico, é preciso criar-se um sistema básico de pedagogia e aconselhamento de planeamento do solo e das pastagens e, principalmente, é preciso uma maior atenção política para este assunto.

**Em suma, é preciso definir-se uma Política Regional para o uso do solo enquanto meio produtivo baseada no princípio do desenvolvimento sustentável.**

Uma política orientadora, de organização, de articulação e de suporte às actividades que utilizam o solo, nomeadamente de âmbito agrícola, pecuário, florestal, cinegético e qualquer outra vinculada a este meio.

As acções implementadas pelo Governo para uma correcta utilização do solo agrícola, resumem-se a acções tímidas, ocasionais e desconexas. **Desde logo, ainda não se conhece a Carta de Solos da Região, nem mesmo por Ilha.**

Esta é a ideia dominante e a ideia emergente centra-se na definição de uma política base para o solo, participada pela fileira produtiva, em concertação com os vários actores do desenvolvimento do conhecimento e com consequência prática.

Uma política que possibilite por exemplo a indicação, a avaliação e a monitorização sistemática de parâmetros do solo, que **elabore e coordene um mapa de riscos para os solos, que estude e quantifique o estado de evolução do solo, que permita testar modelos produtivos**, que envolva a sociedade organizada para este fim e que proporcione um uso racional e simultaneamente económico do solo.

A nosso ver, tudo isto se justifica porque o que existe só serve para limitar e delimitar, na mesma medida, não proporciona a valorização do solo enquanto espaço produtivo, pelo que estamos perante uma política incompleta.

Somos da opinião que devem surgir actuações onde a educação e a sensibilização pública para o solo deve ser assumida como uma prioridade na Região. Atenda-se, que **estamos a falar do recurso natural mais importante dos Açores e, sobretudo, estamos a falar de um recurso natural não renovável à escala de tempo de vida humana. Este é um tema de cidadania que frequentemente é esquecido.**

Recentemente a FAO pediu um esforço internacional para garantir solos férteis, com vista a assegurar as gerações actuais e seguintes.

**Com efeito, o aumento previsto da população mundial atinge a disponibilidade de alimentos. Em 2050 seremos mais 9 bilhões de pessoas no mundo. Isto é, temos de produzir mais alimentos, mas com menos área agrícola disponível e mais restrições ambientais.**

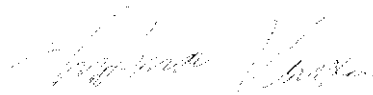
**A título de exemplo, Portugal entre 1995 e 2003 perdeu 5,1% da sua Superfície Agrícola Útil (SAU) enquanto o decréscimo na União Europeia foi de apenas 1,9%.**

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

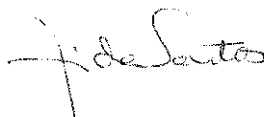
1. Que acções estão a ser desenvolvidas pelo Governo Regional para a sustentabilidade do uso do solo em agricultura?
2. Em especial qual a monitorização efectuada sobre a utilização do solo agrícola?
3. Qual a evolução da Superfície Agrícola Útil (SAU) nos Açores nos últimos 20 anos?
4. Até ao momento, qual a caracterização efectuada dos solos dos Açores?

Angra do Heroísmo, 12 de Setembro de 2011

**Os Deputados**



António Ventura



Aida Santos



João Bruto da Costa



Mark Marques

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3007 Proc. Nº 52.03.00
Data:	011/09/12 Nº 511/IX